

DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS 2023



ENERGISA GERAÇÃO CENTRAL SOLAR RIO PEIXE I S.A.

Demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
Acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes

Conteúdo	Páginas
Relatório dos Auditores Independentes	3
Relatório da Diretoria	6
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais	6 e 7
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração do fluxo de caixa - método indireto	10
Demonstração do valor adicionado - DVA	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Energisa Geração Central Solar Rio Peixe Solar I S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Geração Central Solar Rio Peixe Solar I S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energisa Geração Central Solar Rio Peixe Solar I S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado DVA referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida aos procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC nº 1 RJ 065976/O-4

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais de 2023 e 2022. Colocamo-nos à disposição dos senhores acionistas para esclarecimentos porventura necessários. Cataguases, 19 de março de 2024.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Balanço Patrimonial

ENERGISA GERAÇÃO CENTRAL SOLAR RIO PEIXE I S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4.1	67	373
Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados	4.2	79.442	-
Consumidores e revendedores	5	-	28
Tributos a recuperar	6	2.056	798
Despesas pagas antecipadamente		149	140
Outros créditos		276	-
Total Circulante		81.990	1.339
Não circulante			
Créditos tributários	13	968	3.335
Tributos a recuperar	6	6.943	6.003
		7.911	9.338
Imobilizado	7	186.635	194.726
Intangível	8	2.088	1.993
Total do não circulante		196.634	206.057
Total do ativo		278.624	207.396

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGISA GERAÇÃO CENTRAL SOLAR RIO PEIXE I S.A.
 BALANÇO PATRIMONIAL
 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
 (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	9	8.519	10.273
Encargos de dívidas	10	980	341
Empréstimos e financiamentos	10	69.064	108.742
Impostos e contribuições sociais	11	311	369
Instrumentos financeiros derivativos	21	2.902	9.760
Arrendamentos operacionais	14	44	120
Outros passivos	15	80	98
Total do circulante		81.900	129.703
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	52.472	-
Arrendamentos operacionais	14	1.967	1.931
Provisão para desmobilização		2.620	2.620
Outros passivos	15	-	949
Total do não circulante		57.059	5.500
Patrimônio líquido e recursos destinados a futuro aumento de capital			
Capital social	16.1	76.152	18.000
Prejuízos acumulados		(20.817)	(3.959)
Recursos destinados para futuro aumento de capital	16.1	84.330	58.152
Total do patrimônio líquido		139.665	72.193
Total do passivo e patrimônio líquido		278.624	207.396

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. Demonstração do Resultado

ENERGISA GERAÇÃO CENTRAL SOLAR RIO PEIXE I S.A.
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
 (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	17	13.125	887
Custo do serviço de energia elétrica	18	(2.955)	(331)
Custo de operação e dos serviços prestados a terceiros	18	(9.907)	(1.394)
Lucro bruto		263	(838)
Despesas gerais e administrativas	18	(923)	(228)
Outras despesas		-	(10)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras		(923)	(238)
Receitas financeiras	19	1.384	1.942
Despesas financeiras	19	(15.216)	(6.015)
Despesas financeiras líquidas		(13.832)	(4.073)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(14.492)	(5.149)
Imposto de renda e contribuição social corrente	13	-	(344)
Imposto de renda e contribuição social diferido	13	(2.366)	2.328
Prejuízo do exercício		(16.858)	(3.165)
Prejuízo por ação ordinária - R\$	20	(0,27)	(0,18)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Demonstração do Resultado Abrangente

ENERGISA GERAÇÃO CENTRAL SOLAR RIO PEIXE I S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
 (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Prejuízo do exercício		(16.858)	(3.165)
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do resultado abrangente do exercício, líquido de impostos		(16.858)	(3.165)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. Demonstração das mutações do patrimônio líquido

ENERGISA GERAÇÃO CENTRAL SOLAR RIO PEIXE I S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Recursos destinados para futuro aumento de capital	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2022		18.000	(794)	-	17.206
Recursos destinados para futuro aumento de capital	16.1	-	-	58.152	58.152
Prejuízo do exercício		-	(3.165)	-	(3.165)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		18.000	(3.959)	58.152	72.193
Aumento de capital conforme AGOE 28/04/2023	16.1	58.152	-	(58.152)	-
Recursos destinados para futuro aumento de capital		-	-	84.330	84.330
Prejuízo do exercício		-	(16.858)	-	(16.858)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		76.152	(20.817)	84.330	139.665

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. Demonstração do fluxo de caixa

ENERGISA GERAÇÃO CENTRAL SOLAR RIO PEIXE I S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
 (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(16.858)	(3.165)
Marcação a mercado de dívidas	10	134	(306)
Marcação a mercado de derivativos	10	(134)	294
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	13	(2.366)	1.984
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais		(3.176)	(21.436)
Instrumentos financeiros derivativos		15.855	25.405
Depreciação e amortização	18	9.379	1.522
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
Diminuição (aumento) de consumidores		28	(28)
(Aumento) de despesas antecipadas		(9)	(140)
(Aumento) de tributos a recuperar	6	(673)	(5.392)
(Aumento) de outros créditos a receber		(276)	-
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
(Diminuição) aumento de fornecedores	9	(1.758)	7.754
Aumento (diminuição) de tributos e contribuições sociais		4.675	(5.244)
(Diminuição) aumento de outros passivos		(967)	1.034
Caixa Líquido consumido nas atividades operacionais		3.854	2.282
Atividades de investimentos			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados		(78.579)	118.679
Aplicações no imobilizado	7	(1.379)	(160.180)
Aplicações no intangível		-	(2.350)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos		(79.958)	(43.851)
Atividades de financiamento			
Novos empréstimos e financiamentos	10	328.273	-
Pagamento de empréstimos - principal	10	(308.960)	-
Pagamento de empréstimos - juros	10	(4.299)	(1.890)
Pagamento por liquidação de Instrumentos Financeiros Derivativos		(23.469)	(14.646)
Pagamento arrendamento mercantil	14	(77)	(120)
Recursos destinados para aumento de capital	12	84.330	58.152
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos		75.798	41.496
Variação líquida do caixa		(306)	(73)
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	4.1	373	446
Caixa mais equivalentes de caixa finais	4.1	67	373
Variação líquida do caixa		(306)	(73)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

6. Demonstração do valor adicionado - DVA

ENERGISA GERAÇÃO CENTRAL SOLAR RIO PEIXE I S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Geração do valor adicionado:			
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	17	14.591	974
Receitas referente construção de ativos próprios		-	13.748
		14.591	14.722
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	18	(2.955)	(331)
Materiais, serviços de terceiros e outros	18	(1.150)	(16)
Outros custos operacionais		(301)	(94)
Valor adicionado bruto		(4.406)	(441)
Valor adicionado líquido produzido		10.185	14.281
Retenções			
Depreciação, amortização e exaustão	18	(9.379)	(1.522)
		806	12.759
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	19	1.500	2.040
		1.500	2.040
Valor adicionado a distribuir		2.306	14.799
Distribuição do valor adicionado:			
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		3.948	(1.799)
Remuneração de capital de terceiros			
Juros	19	15.216	19.763
Remuneração de capitais próprios			
Prejuízo do exercício		(16.858)	(3.165)
		2.306	14.799

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Energisa Geração Central Solar RIO PEIXE I S/A **Notas explicativas às demonstrações financeiras** **para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023** (Em milhares de reais, exceto quando indicado o contrário)

1. Contexto operacional

A ENERGISA GERAÇÃO CENTRAL SOLAR RIO DO PEIXE I S/A (“Companhia” ou “Rio Peixe I”), constituída em 10 de janeiro de 2019, com sede em Cataguases, Estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital fechado cujo objetivo social é o desenvolvimento e exploração do parque solar denominado Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I, localizado no município de São João do Rio do Peixe, Estado da Paraíba, bem como a comercialização de energia proveniente do empreendimento. A entrada em operação ocorreu em 02 de setembro de 2022 com a capacidade instalada de 30MW.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a Normais Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas *pelo International Accounting Standards Board* (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 19 de março de 2024.

2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, requer que a Administração faça o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados reais de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- I. Nota explicativa nº 7 - Imobilizado; e
- II. Nota explicativa nº 21 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Principais práticas contábeis

a. **Caixa e equivalentes de caixa** - os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação;

b. Instrumentos financeiros e operações de hedge

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos, baseados na performance de um ativo.

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 2023, compreendem empréstimos e financiamentos, saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado - após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado do exercício. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos:

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia, resumem-se em “Swap”, que visa exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial, aquisição de bens para o ativo intangível e ativo imobilizado.

São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, exceto quando designadas em uma contabilidade de “*hedge*” de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são reconhecidas em “outros resultados abrangente” no patrimônio líquido.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado por empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos.

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de “*hedge*”:

A Companhia designa certos instrumentos de “*hedge*” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “*hedge*” de valor justo. No início da relação de “*hedge*”, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de “*hedge*” e o item objeto de “*hedge*” de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do “*hedge*” e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de “*hedge*” usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de “*hedge*”, atribuível ao risco sujeito a “*hedge*”. A nota explicativa nº 21, traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de “*hedge*”.

A documentação inclui a identificação do instrumento de “*hedge*”, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de “*hedge*” (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de “*hedge*” e como determinar o índice de “*hedge*”). Um relacionamento de “*hedge*” se qualifica para contabilidade de “*hedge*” se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de “*hedge*”.
- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica.
- O índice de “*hedge*” da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de “*hedge*” que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido.

Os “*hedges*” que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de “*hedge*” são registrados conforme descrito abaixo:

“*Hedges*” de valor justo: a mudança no valor justo de um instrumento de “*hedge*” é reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas. A mudança no valor justo do item objeto de “*hedge*” atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício como outras despesas.

Para “*hedges*” de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do “*hedge*”, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto.

Se o item objeto de “hedge” for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado;

- c. Imobilizado** - itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício, deduzido da despesa de depreciação, calculada pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com o prazo de concessão/autorização;

Juros e encargos financeiros - são capitalizados às obras em curso - imobilizado com base na taxa média efetiva de captação, de acordo com os procedimentos de capitalização estabelecidos no normativo contábil (CPC 20);

- d. Intangível** - compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão do serviço público, direito de uso CPC 06 (R2) e softwares.

Os softwares são ativos adquiridos de terceiros ou gerados internamente, mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização pelo prazo de cinco anos;

- e. Arrendamentos** - os contratos, são avaliados se o mesmo é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Neste caso, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. No entanto, como permitido pela norma contábil vigente, CPC 06 (R2), para os pagamentos de curto prazo (contratos com vigência inferior a 12 meses) e de arrendamentos de ativos de baixo valor (máximo de USD 5.000) são reconhecidos como despesas pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

- Intangível direito de uso: os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento a valor presente. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

- Passivo de arrendamento: os passivos de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas;

- f. Empréstimos e financiamentos:** são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem operações de swap foram reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício;

- g. Derivativos** - os instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas na demonstração de resultado do exercício. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 21.

h. Imposto de renda e contribuição social - compreendem os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. Os tributos correntes são mensurados ao valor esperado a ser pago as autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis, enquanto o imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A Companhia tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos.

Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2023, não há incertezas quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurado pela Companhia;

- i. Resultado** - as receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.
- j. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/ encargos incorridos até a data do balanço; e
- k. Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

(i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
Alterações ao IAS 1	Passivos não circulantes com covenants	1º de janeiro de 2024
Alterações IAS 7 e IFRS 7	Acordos de financiamento de fornecedores	1º de janeiro de 2024
IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and leaseback”	1º de janeiro de 2024

(ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023 os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 17	Contratos de seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2023
IAS 12	Impostos Diferidos ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. Caixa e equivalente de caixa, aplicações no mercado aberto e recursos vinculados.

4.1 Caixa e equivalente de caixa

A carteira de aplicações financeiras foi constituída por Operações Compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira foi de 65,0% do CDI em 2022.

	2023	2022
Caixa e depósitos bancários à vista	67	72
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Operações compromissadas	-	301
Total caixa e equivalentes de caixa - circulante ⁽¹⁾	67	373

⁽¹⁾ As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

4.2 Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

A carteira de aplicações financeiras foi formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: fundo de renda fixa, LFT, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira no exercício de 2023 foi 103,5% do CDI.

	2023
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado	
Fundo de Investimento Exclusivos ⁽¹⁾	
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	1.226
Compromissadas	13.655
Fundo de Renda Fixa	46.035
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	5.265
Letra Financeira (LF)	13.261
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	79.442

⁽¹⁾ Fundo de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CCB, Compromissadas, Fundos de Renda Fixa, LFT e LF, são remuneradas 103,5% do CDI Fundo BTG Zona da Mata.

5. Consumidores e revendedores

	2023	2022
Suprimentos - Venda de Energia	-	28
Total - circulante	-	28

6. Tributos a recuperar

	2023	2022
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	36	36
Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ	7.050	5.076
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	1.913	1.689
Total -	8.999	6.801
Circulante	2.056	798
Não Circulante	6.943	6.003

7. Imobilizado

A movimentação dos bens da Companhia está demonstrada abaixo:

	Taxa média de depreciação (%)	Saldos 2022	Adição	Transferências ⁽¹⁾	Depreciação	Saldos 2023
Imobilizado em Serviço						
Custo:						
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,44%	-	-	6.281	-	6.281
Máquinas e Equipamentos	3,85%	195.940	-	(5.143)	-	190.797
Veículos	14,29%	179	-	55	-	234
Móveis e utensílios	6,25%	8	-	18	-	26
Total do imobilizado em serviço		196.127	-	1.211	-	197.338
Depreciação acumulada:						
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias		-	-	-	(306)	(306)
Máquinas e equipamentos		(1.395)	-	-	(8.968)	(10.363)
Veículos		(6)	-	-	(26)	(32)
Móveis e utensílios		-	-	-	(2)	(2)
Total Depreciação acumulada		(1.401)	-	-	(9.302)	(10.703)
Subtotal Imobilizado		194.726	-	1.211	(9.302)	186.635
Imobilizado em curso		-	1.383	(1.383)	-	-
Total		194.726	1.383	(172)	(9.302)	186.635

	Taxa média de depreciação (%)	Saldos 2021	Adição ⁽¹⁾	Transferências ⁽²⁾	Depreciação	Saldos 2022
Imobilizado em Serviço						
Custo:						
Máquinas e Equipamentos	7,84%	-	-	195.940	-	195.940
Veículos	14,29%	-	-	179	-	179
	6,25%	-	-	8	-	8
Total do imobilizado em serviço		-	-	196.127	-	196.127
Depreciação acumulada:						
Máquinas e equipamentos		-	-	-	(1.395)	(1.395)
Veículos		-	-	-	(6)	(6)
Total Depreciação acumulada		-	-	-	(1.401)	(1.401)
Subtotal Imobilizado		-	-	196.127	(1.401)	194.726
Imobilizado em curso		17.230	176.547	(193.777)	-	-
Total		17.230	176.547	2.350	(1.401)	194.726

⁽¹⁾ O montante de R\$(172) (R2.350 em 2022), refere-se às reclassificações realizadas para o Intangível - softwares.

⁽²⁾ Inclui R\$2.620 de valores estimados, deduzidos de ajuste a valor presente com desmobilização dos ativos dos parques solares que serão incorridos pela Companhia na desmontagem de equipamentos e recuperação e restauração do local onde encontram-se instalados as Usinas quando do encerramento do contrato. A estimativa foi mensurada com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação, utilizando uma taxa de desconto que reflete o risco do negócio, com base na melhor estimativa da Administração. A provisão é reconhecida no passivo não circulante em contrapartida aos custos do ativo.

8. Intangível

	2023	2022
Intangível - softwares	172	-
Intangível - direito de uso	1.916	1.993
Total	2.088	1.993

8.1 Intangível - softwares

	Taxa média de amortização (%)	Saldos 2022	Transferências	Saldos 2023
Em Serviço		-	172	172
Total		-	172	172

	Taxa média de amortização (%)	Saldos 2021	Adição	Transferências	Saldos 2022
Em Serviço		-	-	-	-
Em Curso		-	2.350	(2.350)	-
Total		-	2.350	(2.350)	-

8.2 Intangível - direito de uso

Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) - são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

	Taxa média de amortização (%)	Saldos 2022	Amortização	Saldos 2023
Direito de Uso - Imóveis				
Custo	3,64%	2.113	-	2.113
Amortização Acumulada		(120)	(77)	(197)
Total		1.993	(77)	1.916

	Taxa média de amortização (%)	Saldos 2021	Adição	Amortização	Saldos 2022
Direito de Uso - Imóveis					
Custo	5,68%	-	2.113	-	2.113
Amortização Acumulada		-	-	(120)	(120)
Total		-	2.113	(120)	1.993

9. Fornecedores

	2023	2022
Contratação de serviços ⁽¹⁾	8.519	10.273
Total - circulante	8.519	10.273

⁽¹⁾ Referem-se à contratação de serviços para desenvolvimento do projeto do parque solar.

10. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2022	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2023
Mensuradas ao custo amortizado								
Moeda nacional								
Pós Fixado								
IPCA	-	55.000	-	-	112	-	-	55.112
(-) Custo com captação	-	-	-	-	2	(275)	-	(273)
Total ao custo amortizado	-	55.000	-	-	114	(275)	-	54.839
Mensuradas ao valor justo								
Moeda Estrangeira								
Dólar	109.258	273.548	(308.960)	(4.299)	(1.829)	-	-	67.718
Marcação a mercado	(175)	-	-	-	-	-	134	(41)
Total ao valor justo	109.083	273.548	(308.960)	(4.299)	(1.829)	-	134	67.677
Total	109.083	328.548	(308.960)	(4.299)	(1.715)	(275)	134	122.516
Circulante	109.083							70.044
Não circulante	-							52.472

	Saldos em 2021	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2022
Mensuradas ao custo Moeda Estrangeira					
Dólar	116.855	(1.889)	(5.707)	-	109.258
Marcação a mercado	130	-	-	(306)	(175)
Total	116.985	(1.889)	(5.707)	(306)	109.083
Circulante	365				109.083
Não circulante	116.620				-

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros (a.a. %)	Encargos Swap Ponta Passiva (a.a. %)	Vencimento	Periodicidade Amortização	Taxa efetiva de juros (a.a. %) ⁽²⁾	Garantias ⁽³⁾	Covenants ⁽⁴⁾
	2023	2022							
RDP I -X BNDES - 23.9.0040-1 SUBCREDITO A	55.112	-	IPCA + 1,50% + 5,31%	-	set/47	Mensal a partir de jan/24	11,43%	F	NA
(-) Custo com captação	(273)	-	-	-	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	54.839	-	-	-	-	-	-	-	-
SCOTIABANK - LOAN 4131 - 20102021	-	109.258	USD + 5,38147%	CDI + 1,15%	jul/23	Final	-1,83%	A	2
SCOTIABANK - LOAN 4131 - 27072023	67.718	-	USD + 6,4005%	CDI + 1,28%	jan/24	Final	-0,81%	A	2
Marcação à Mercado de Dívida ⁽¹⁾	(41)	(175)							
Total em Moeda Estrangeira	67.677	109.083							
Total	122.516	109.083							

⁽¹⁾ Estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option" (nota explicativa nº 21).

⁽²⁾ As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício de 2023. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na Nota Explicativa nº 21. A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

⁽³⁾ A = Aval Energisa S.A. e F = Fiança Bancária.

⁽⁴⁾ Condições de covenants - o contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos nos contratos com base nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora final Energisa S/A, sendo os principais listados a seguir:

Cláusulas restritivas	Índice requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBITDA Ajustado ^(*)	⁽²⁾ Menor ou igual a: 4,25 x até o vencimento	Trimestral e Anual

^(*) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (nota explicativa nº 21). Em 31 de dezembro de 2023, as exigências contratuais foram cumpridas.

A Companhia tem como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no exercício:

Moeda/indicadores	2023	2022
US\$ x R\$	-7,21%	-6,50%
IPCA	4,62%	5,78%

Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2023
2025	2.306
2026	2.306
2027	2.306
2028	2.306
Após 2028	43.248
Total	52.472

11. Impostos e Contribuições sociais

	2023	2022
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte (IRRF, PIS/COFINS/CSLL)	11	11
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	7	245
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	11	4
Contribuições ao PIS à COFINS	167	37
Imposto Sobre Serviços - ISS	24	10
Encargos sociais	57	47
Outros	34	15
Total - circulante	311	369

12. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário das Companhias:

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas da Energisa S/A:		
· Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A;	EPB	Distribuição de energia
· Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S/A;	EMR	Distribuição de energia
· Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A;	ESE	Distribuição de energia
· Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A;	ERO	Distribuição de energia
· Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A;	EAC	Distribuição de energia
· Energisa Soluções S/A;	ESOL	Serviços
· Energisa Serviços Aéreos de Aero inspeção S/A;	-	Serviços
· Energisa Comercializadora de Energia Ltda;	ECOM	Comercialização de energia
· Voltz Capital S/A;	VOLTZ	Serviços
· Alsol Energias Renováveis S/A;	ALSOL	Geração distribuída
· Energisa Geração Central Solar Rio Peixe II;	EGCS-RPII	Parque Solar

	Sigla	Ramo de atividade
• Energisa Geração Usina Maurício S/A;	EGUMI	Geração de energia elétrica
• Energisa Biogás S/A;	EBG	Holding
• Energisa Distribuição de Gás S/A; e	EDG	Holding
• Energisa Participações Nordeste S/A.	EPN	Holding

A Energisa S/A, por meio das participações nas sociedades Denerge Desenvolvimento Energético S/A (controladora a Rede Energia Participações S/A), Energisa Transmissão de Energia S/A (ETE), Energisa Soluções S/A (ESOL), Gemini Energy S/A, Alsol Energias Renováveis S/A, Energisa Biogás S/A (EBG), Energisa Distribuição de Gás S/A (EDG) e Energisa Participações Minoritárias S/A (EPM), possui participação nas seguintes Companhias e empresas:

	Sigla	Ramo de atividade
Rede Energia Participações S/A		
• Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A;	EMT	Distribuição de energia
• Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A;	EMS	Distribuição de energia
• Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A;	ETO	Distribuição de energia
• Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S/A;	ESS	Distribuição de energia
• Multi Energisa Serviços S/A;	MULTIENERGISA	Serviços
• Rede Power do Brasil S/A;	REDE POWER	Holding
• Companhia Técnica e Comercialização de Energia; e	CTCE	Comercialização de energia
• QMRA Participações S/A.	QMRA	Holding

Controladas diretas da Energisa Transmissão de Energia S/A:

• Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A;	EPA I	Transmissão de energia
• Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A;	EGO I	Transmissão de energia
• Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A;	EPA II	Transmissão de energia
• Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A;	ETT	Transmissão de energia
• Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A;	EAM	Transmissão de energia
• Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A;	ETT II	Transmissão de energia
• Energisa Paranaíba Transmissora de Energia S/A;	EPTE	Transmissão de energia
• Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A;	EAP	Transmissão de energia
• Gemini Energy S/A;	GEMINI	Holding
• Nova Gemini Transmissão de Energia S/A;	NOVA GEMINI	Holding
• Energisa Amazonas Transmissora de Energia II S/A;	EAM II	Transmissão de energia
• Energisa Transmissão de Energia IV S/A;	ETE IV	Transmissão de energia
• Energisa Transmissão de Energia V S/A;	ETE V	Transmissão de energia
• Energisa Transmissão de Energia VII S/A;	ETE VII	Transmissão de energia
• Energisa Transmissão de Energia VIII S/A; e	ETE VIII	Transmissão de energia
• Energisa Transmissão de Energia IX S/A.	ETE IX	Transmissão de energia

Controladas diretas da Gemini Energy S/A:

• Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A;	LMTE	Transmissão de energia
• Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A;	LXTE	Transmissão de energia
• Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A;	LTTE	Transmissão de energia
• Linhas de Itacaiúnas Transmissora de Energia S/A; e	LITE	Transmissão de energia
• Plena Operação e Manutenção de Transmissoras de Energia Ltda.	POMTE	Serviço

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas da Alsol Energias Renováveis S/A:		
· Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda;	LARALSOL	Geração de energia distribuída
· URB Energia Limpa Ltda;	URB	Geração de energia distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica I S/A;	REENERGISA I	Geração de energia distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica II S/A;	REENERGISA II	Geração de energia distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica III S/A;	REENERGISA III	Geração de energia distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica IV S/A;	REENERGISA IV	Geração de energia distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica VI S/A;	REENERGISA VI	Geração de energia distribuída
· Renesolar Engenharia Elétrica Ltda;	RENESOLAR	Geração de energia distribuída
· Flowsolar Engenharia Elétrica Ltda; e	FLOWSOLAR	Geração de energia distribuída
· Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda.	CARBONSOLAR	Geração de energia distribuída
Controladas diretas da Energisa Soluções S/A:		
· Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A.	ESOLC	Serviços
Controlada direta da Energisa Biogás S/A:		
· Agric Adubos e Gestão de Resíduos Industriais e Comerciais S/A	AGRIC	Usina de compostagem
Controlada direta da Energisa Distribuição de Gás S/A:		
· Companhia de Gás do Espírito Santo - ES GÁS	ES GÁS	Distribuição de gás natural

Transações com partes relacionadas efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Serviços contratados	Venda/compra de energia	Fornecedores a pagar/receber	Adiantamento para futuro aumento de capital
ESA ⁽¹⁾	-	-	-	(84.330)
ESOL ⁽²⁾	(920)	-	(71)	-
ECOM ^(3 e 4)	(55)	14.052	(51)	-
EPB ⁽³⁾	-	(2.017)	-	-
EGUM ⁽³⁾	-	25	-	-
2023	(975)	12.060	(122)	(84.330)
2022	(1.384)	913	-	(58.152)

(1) Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados.

(2) Refere-se aos custos do contrato de prestação de serviços de apoio nos licenciamentos para implantação do empreendimento.

(3) Refere-se ao volume de energia adquirido e cedido para revenda.

(4) Serviços de representação perante a CCEE.

13. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	2023	2022
Ativo		
Prejuízos fiscais	56	56
Base negativa da contribuição social	20	20
Diferenças temporárias		
Imposto sobre a renda	735	2.440
Contribuição social sobre o lucro líquido	264	878
Total - ativo não circulante	1.075	3.394
Passivo		
Diferenças Temporárias		
Imposto sobre a renda	(79)	(44)
Contribuição social sobre o lucro líquido	(28)	(15)
Total - passivo não circulante	(107)	(59)
Total líquido - ativo (passivo) não circulante	968	3.335

As diferenças temporárias são como segue:

	2023		2022	
	base de cálculo	IRPJ + CSLL	base de cálculo	IRPJ + CSLL
Prejuízos fiscais	224	56	224	56
Base negativa da contribuição social	224	20	224	20
Marcação a mercado - derivativos	2.902	986	9.760	3.318
Marcação a mercado - dívida	(41)	(14)	(175)	(59)
Outras exclusões temporárias	(236)	(80)	-	-
Total - ativo não circulante	3.073	968	10.033	3.335

A realização dos créditos fiscais diferidos são como segue:

Exercícios	Realização dos créditos fiscais
2031	1.075
Total	1.075

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

Alíquota efetiva	2023	2022
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(14.492)	(5.149)
Alíquotas fiscais combinadas	34%	34%
Imposto de renda e da contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	4.927	1.751
Ajustes:		
Despesas Inedutíveis (doações, brindes, multas, etc.)	(24)	24
Créditos fiscais não constituídos ^(*)	(7.269)	209
Imposto de renda e contribuição social	(2.366)	1.984
Alíquota efetiva	16,32%	38,53%

(*) Os créditos fiscais são apurados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos usados para fins de tributação. O reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação dos créditos fiscais, com base em projeções de resultados elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores registrados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, são refletidos de acordo com a legislação fiscal.

14. Arrendamentos operacionais

A Companhia atua como arrendatária em contratos referente a terrenos para a instalação de usinas fotovoltaicas próprias.

A Companhia, em conformidade com o CPC 06 (R2) e em sua avaliação quanto ao ofício emitido, concluiu que: as políticas contábeis acerca do tratamento contábil de contratos de arrendamentos estão em consonância àquilo que é requerido pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16, a taxa incremental de empréstimos - IBR é determinada com informações prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Companhia, os fluxos projetados não consideram efeitos inflacionários, conforme orientado pelos pronunciamentos em questão; e (ii) a Companhia não apresenta obrigações de arrendamentos líquidos de PIS e COFINS, adicionalmente, os créditos de PIS e COFINS oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica.

Em atendimento ao ofício, o quadro a seguir proporciona os inputs mínimos necessários para que os efeitos inflacionários sejam adicionados à informação divulgada.

Os reflexos da adoção da nova norma CPC 06 (R2) são como segue:

	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a. (%)	Saldos em 2022	Amortização	Juros	Saldos em 2023
Arrendamentos operacionais - Terrenos	20	6,40%	2.051	(77)	37	2.011
Total			2.051	(77)	37	2.011
Circulante			120			44
Não circulante			1.931			1.967

	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a. (%)	Saldos em 2021	Adição	Amortização	Juros	Saldos em 2022
Arrendamentos operacionais - Terrenos	20	6,40%	-	2.113	(120)	58	2.051
Total			-	2.113	(120)	58	2.051
Circulante			-				120
Não circulante			-				1.931

Em 31 de dezembro de 2023, os valores de arrendamento operacional, classificados no passivo não circulante, têm seus vencimentos assim programados:

2025	44
2026	44
2027	44
2028	44
2029	44
Após 2029	1.747
Total	1.967

15. Outros Passivos

	2023	2022
Outros Benefícios a empregados	15	-
Retenção de caução contratual empreiteiras	-	949
Taxa de fiscalização ANELL - Contribuição mensal	14	-
Outras contas a pagar	51	98
Total	80	1.047
Circulante	80	98
Não circulante	-	949

16. Patrimônio líquido

16.1 Capital Social

O capital social é de R\$76.152 (R\$18.000 em 2022), representando 76.152.000 (18.000.000 em 2022) ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de abril de 2023 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$58.152, mediante a emissão de 58.152.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, pelo preço de emissão de R\$1,00 por ação.

As novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são, nesta data, totalmente subscritas e integralizadas pela acionista Energisa S.A., mediante capitalização do valor disponível na conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) realizado pela acionista até 31 de dezembro de 2022.

17. Receita Operacional

	2023	2022
Suprimento de Energia	14.591	974
Total de receita operacional bruta	14.591	974
Deduções da receita operacional bruta		
PIS	(232)	(16)
COFINS	(1.071)	(71)
Taxa de fiscalização	(163)	-
Total dedução da receita	(1.466)	(87)
Receita operacional líquida	13.125	887

18. Custo e despesas operacionais

As despesas operacionais especificadas na demonstração do resultado do exercício possuem as seguintes composições por natureza de gastos:

Natureza do gasto	Custo do serviço			Despesas Operacionais	Total	
	com energia elétrica	de operação	Prestado a terceiros	Gerais e Administrativas	2023	2022
Venda de Energia a Consumidores Livres	564	-	-	-	564	-
Encargo de uso - sistema de transmissão e distribuição	2.391	-	-	-	2.391	331
Material	-	-	-	20	20	4
Serviço de terceiros	-	631	-	499	1.130	12
Depreciação e amortização	-	9.267	-	112	9.379	1.522
Outras	-	9	-	292	301	84
Total	2.955	9.907	-	923	13.785	1.953

19. Resultado Financeiro

	2023	2022
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	863	1.970
Juros Selic s/ impostos a recuperar	635	69
Tributos sobre receitas financeiras	(116)	(98)
Outras receitas financeiras	2	1
Total das receitas financeiras	1.384	1.942
Despesas financeiras:		
Encargos de dívidas - Juros	(4.872)	(1.798)
Varição monetária e cambial	6.587	7.505
Marcação a mercado dívidas	(134)	306
Marcação a mercado derivativos	134	(294)
Instrumentos financeiros	(15.855)	(25.405)
Ajuste a Valor presente	(37)	(58)
Transferência para ordens em curso ⁽¹⁾	-	13.748
Despesas bancárias	(1.025)	(3)
Outras despesas financeiras	(14)	(16)
Total das despesas financeiras	(15.216)	(6.015)
(Despesas) receitas financeiras líquidas	(13.832)	(4.073)

⁽¹⁾ corresponde aos efeitos da capitalização de juros dos empréstimos e financiamento e dos instrumentos financeiros relacionados, contabilizados no imobilizado em curso.

20. Prejuízo por ação

	2023	2022
Prejuízo do exercício:	(16.858)	(3.165)
Média ponderada das ações	61.614	18.000
Prejuízo básico por ação - R\$ ⁽¹⁾	(0,27)	(0,18)

⁽¹⁾ A Companhia não possui instrumento diluidor.

21. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função da natureza dos instrumentos financeiros da Companhia: depósitos bancários, avaliados ao valor justo por meio do resultado, com instituição financeira de grande porte e contas a pagar com partes relacionadas (notas explicativas nº 4 e 12). A Companhia entende não estar exposta a riscos vinculados a instrumentos financeiros tais como: juros, crédito ou liquidez.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

Ativo	Nível	2023		2022	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Custo amortizado					
Caixa e equivalente de caixa		67	67	373	373
Consumidores		-	-	28	28
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados		79.442	79.442	-	-
		79.509	79.509	401	401

Passivo	Nível	2023		2022	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Custo amortizado					
Fornecedores		8.519	8.519	10.273	10.273
Empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas	2	122.516	122.516	109.083	109.083
Arrendamentos operacionais		2.010	2.010	2.051	2.051
		133.045	133.045	121.407	121.407

Valor justo por meio do resultado:

Instrumentos financeiros derivativos	2	2.902	2.902	9.760	9.760
--------------------------------------	---	-------	-------	-------	-------

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação cambial além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Fair Value Option

A Companhia optou pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas, para as quais possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“Fair Value Option”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 2023, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o exercício o valor contábil das dívidas designadas como “Fair Value Option” foi impactado em R\$134 devedor (R\$306 em 2022) e reconhecido como resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

A Companhia não possui avaliação de risco de crédito ou instrumento derivativo contratado para esta exposição. Na avaliação da Companhia, a alteração do risco de crédito não tem impacto significativo.

Incertezas

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações, entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

O índice de endividamento no final do exercício é como segue:

	2023	2022
Dívida ⁽¹⁾	122.516	109.083
Caixa e equivalentes de caixa	(67)	(373)
Dívida líquida	122.449	108.710
Patrimônio líquido	139.665	72.193
Índice de endividamento líquido	0.87	1,50

⁽¹⁾ A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, conforme detalhado nas notas explicativas nº 10.

a) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possa ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		8.519	-	-	-	-	8.519
Empréstimos financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	14,84%	70.901	3.011	12.307	12.594	101.957	200.770
Instrumentos Financeiros Derivativos		2.902	-	-	-	-	2.902
Total		82.322	3.011	12.307	12.594	101.957	212.191

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

b) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações dos passivos atrelados a moedas estrangeiras. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 com queda de 7,21% sobre 31 de dezembro de 2022, cotado a R\$ 4,8413/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2023 era de 9,87%, enquanto em 31 de dezembro de 2022 foi de 16,00%.

A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados ao dólar, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Resolução 4131 - Scotiabank	13.800	USD + 7,53%	CDI + 1,28%	27/01/2024	Fair Value Option

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores não foram contabilizados como “fair value hedge”, vigentes em 31 de dezembro de 2023:

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2023	2022		2023	2022
Dívida designada para “Fair Value Option”	69.076	116.000	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(67.649)	(109.078)
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	67.649	109.078
			Posição Passiva		
Swap Cambial (Derivativo)	69.076	116.000	Taxa de Juros CDI	(70.551)	(118.837)
			Posição Líquida Swap	(2.902)	(9.760)
			Posição Líquida Dívida + Swap	(70.551)	(118.837)

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom cambial, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

Análise de Sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial em 31 de dezembro de 2023, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(69.076)		(69.741)	(86.819)	(103.898)
Variação Dívida			(665)	(17.743)	(34.822)
Swap Cambial		Alta USD			
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - USD e LIBOR	67.649		68.314	85.392	102.471
Variação - USD e LIBOR			665	17.743	34.822
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(70.551)		(70.551)	(70.551)	(70.551)
Variação - Taxa de Juros CDI					
Subtotal	(2.902)		(2.237)	14.842	31.920
Total Líquido	(71.978)		(71.978)	(71.978)	(71.978)

⁽¹⁾ O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2023, apresenta o cenário base para avaliação da efetividade na mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos swaps. Com os cenários de deterioração do real frente ao câmbio, de 25% e 50%, o valor presente da dívida mais derivativos seria de R\$71.978 em ambos os casos.

b) Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2023 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam os apresentados na tabela abaixo, caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	79.442	Alta CDI	7.150	8.937	10.725
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(70.551)	Alta CDI	(6.350)	(7.937)	(9.524)
Empréstimos, financiamentos e debêntures.	(55.112)	Alta IPCA	(2.546)	(3.183)	(3.819)
Subtotal ⁽²⁾	(125.663)		(8.896)	(11.120)	(13.343)
Total - (Perdas)	(46.221)		(1.746)	(2.183)	(2.618)

⁽¹⁾ Considera o CDI de 31 de dezembro de 2024 (9,00% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2023, IPCA 4,62 ao ano.

⁽²⁾ Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$2.874.

22. Meio ambiente (*)

Na implantação e operação dos ativos de geração da Companhia são realizados todos os cuidados ambientais necessários para evitar e/ou mitigar os impactos socioambientais inerentes ao empreendimento, traduzidos em programas específicos, validados junto aos órgãos ambientais licenciadores. Ressalta-se ainda que os programas e projetos socioambientais desenvolvidos estão alinhados ao desenvolvimento sustentável da região. Merecem atenção algumas ações as quais são destacadas abaixo:

1. Programa de Gestão Ambiental da Operação - O objetivo geral do Programa de Gestão Ambiental da Operação é dotar o empreendimento de uma estrutura eficiente capaz de avaliar e gerir de forma constante as ações da operação sob a ótica ambiental, apresentando resultados e indicando medidas de controle ambiental da operação da UFV Rio do Peixe I e sua LD de 69kV.

2. Controle e Monitoramento de Processos Erosivos - Ações previstas no âmbito do Programa de Gestão Ambiental da Operação, cujo desdobramento de ações tem por objetivo estabelecer e padronizar atividades preventivas e corretivas que visem promover o controle e monitoramento dos processos erosivos que possam ocorrer durante a operação do empreendimento. As ações propostas são empregadas tanto nos pontos onde há erosão ocorrendo bem como na prevenção ao surgimento de novos processos erosivos.

3. Gestão de Resíduos Sólidos - o Ações previstas no âmbito do Programa de Gestão Ambiental da Operação e tem por objetivos reduzir a geração de resíduos na fonte primária, adequar a segregação na origem e assegurar o correto manuseio, armazenamento temporário e destinação final dos resíduos sólidos ou disposição final de rejeitos, de modo a controlar e minimizar riscos ao meio ambiente, aos trabalhadores e às comunidades próximas ao empreendimento.

4. Programa de Comunicação Social e Educação Ambiental - O Programa de Comunicação Social e Educação Ambiental da Usina Fotovoltaica e Linha de Distribuição é um dos principais instrumentos de apoio à Gestão Ambiental nas suas fases de construção e operação. O Programa faz parte do processo de Licenciamento Ambiental e encontra-se dividido em dois Subprogramas: Subprograma de Comunicação Social e Subprograma de Educação Ambiental.

A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. A Companhia possui Licença de Operação nº 1651, emitida em 08 de julho de 2022, com vencimento em 07 de julho de 2024 para a Usina Fotovoltaica Rio do Peixe I e LD 69kV associada, localizadas em São João do Rio do Peixe e Cajazeiras - PB.

No exercício findo de 31 de dezembro de 2023, os montantes investidos nesses programas e práticas totalizaram R\$99 (R\$1.635 em 2022) contabilizados em despesas operacionais.

(*) Não examinado pelos auditores independentes.

Empresa	Licenças expedidas		
	Licença operação nº	Data Emissão	Vencimento
UFV Rio do Peixe I e LD 69kV	1651/2022	08/07/2022	07/07/2024

23. Informações adicionais ao fluxo de caixa

Em 2023 e 2022, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	2023	2022
Atividades Operacionais		
Fornecedores a prazo	4	-
Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)	-	2.113
Atividades de investimentos		
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	4	-
Provisão para desmobilização	-	2.620
Intangível - CPC 06 (R2)	-	2.113

DIRETORIA

Gabriel Mussi Moraes
Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Administrativo

Gioreli de Sousa Filho
Diretor sem designação específica

Nicolas Juan Octavio Pinon de Manfredi
Diretor de Geração

Rodolfo da Paixão Lima
Contador
CRC-RJ 107.310/O-0
CPF n° 091.305.627-8